

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

**Centro Social Recreativo e Cultural
de Pedralva – IPSS**



Instituição Particular de Solidariedade Social
Rua Central, 60 – Pedralva
3780-177 – S. Lourenço do Bairro
Telefone: 231528255
Fax: 231528255
E-mail: csrc.pedralva@sapo.pt

Exmos Senhores Associados:

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vimos submeter à apreciação Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo, relativos ao exercício de dois mil e vinte e quatro.

Nota Introdutória

O Centro Social Recreativo e Cultural de Pedralva, Instituição Particular de Solidariedade Social, situada na rua central, n.º 60, freguesia de S. Lourenço do Bairro, concelho de Anadia, distrito de Aveiro, registado a título definitivo, na Direcção Geral da Segurança Social, desde 15/07/1994 no Livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 65/94, a folhas 11 verso. Foi declarada, nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos, como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro.

Actualmente, esta Instituição continua a integrar as respostas sociais de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. No que diz respeito a resposta social de Centro de Dia, a capacidade da Instituição é de 40 clientes, tendo acordo de cooperação com o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de 35 clientes, apoiando efectivamente 35 clientes. Relativamente a resposta social de Apoio Domiciliário, o acordo de cooperação é para 30 clientes onde efectivamente esta Instituição apoia os 30 clientes. No que diz respeito aos serviços prestados em ambas as respostas sociais poder-se-á mencionar que, esta Instituição presta cuidados de higiene pessoal e conforto, presta serviços de higiene habitacional; presta serviços de confecção, transporte e/ou distribuição de refeições/alimentação; presta serviços de tratamento de roupas e ainda presta apoio ao nível do acompanhamento ao exterior; presta serviços na aquisição de bens e/ou géneros alimentícios e outros artigos, especificamente medicação, apoia e colabora nos serviços de socialização/ actividades de animação sociocultural, presta auxílio em pequenas reparações no domicílio e ainda disponibiliza a informação facilitadora de acesso a serviços da comunidade adequados à satisfação de outras necessidades.

Todos os aspectos salientados até aqui vão no fundo ao encontro não só do que é a Missão desta Instituição, - “promover a autonomia e o desenvolvimento pessoal através

de respostas individualizadas, qualificadas e humanizadas actuando na área da Terceira Idade e Comunidade em geral” bem como a sua Visão, - “Projectar-se na comunidade como uma instituição empreendedora e sustentável, desenvolvendo e melhorando continuamente a qualidade dos serviços prestados, tornando-se numa Referencia para a comunidade em geral” e seus Valores que assentam na: Afetividade; Multidimensionalidade; Solidariedade; Individualidade; Qualidade; Participação; Inovação; Sustentabilidade ambiental.

1. Actividade

No ano em análise a Instituição continuou a prestar os serviços nas valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário, com os constrangimentos e necessárias adaptações à situação de pandemia que continuou a ser vivida durante a maior parte do ano.

2. Investimentos

No exercício de 2024 foi efectuado um investimento num secador de roupa.

3. Gastos e Receitas

Os custos ocorridos no exercício decorrem da actividade normal da Instituição, tendo atingido € 569 439,25, dos quais salientamos uma redução dos custos das matérias consumidas, decorrente das políticas de aquisição de bens implementadas, e a um aumento substancial dos fornecimentos externos que apesar dos esforços de diminuição, foram contrariados pela tendência inflacionista, nomeadamente ao nível da energia, mas também com os gastos com a conservação do edifício e implementação de sistemas informáticos de apoio à gestão e operação. Os gastos com pessoal cresceram também cerca de 13,19%.

As receitas foram provenientes das comparticipações dos utentes, da Segurança Social, Junta de freguesia e Município de Anadia, subsídios do IEFP e reembolso de impostos, totalizando € 540 081,97.

4. Resultados

Os resultados do exercício de 2024 foram negativos no montante de -29 357,28 (vinte e nove mil trezentos e cinquenta e sete euros e vinte e oito cêntimos), conforme pode

confirmar-se nas peças contabilísticas que em anexo apresentamos – Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo.

5. Proposta de aplicação de resultados

A proposta da Direcção para a aplicação de resultados é de que os mesmos sejam transferidos na totalidade para a conta de resultados transitados.

6. Perspectivas para o futuro

A instituição terá de manter o equilíbrio financeiro, reestruturando os serviços e encontrando novas fontes de financiamento, de forma a poder avançar para o crescimento da instituição, nomeadamente a futura construção da valência de lar. Por outro lado, a situação de crise inflacionista que se vive actualmente obrigará à redefinição de todos os processos com vista à contenção do aumento dos custos, sendo este o maior desafio que se perspetiva. Aguardamos uma resposta do governo e da segurança social no sentido do lançamento de medidas que possam compensar os aumentos dos custos das instituições de solidariedade social.

Finalmente, não podemos deixar de agradecer a colaboração prestada no decurso do presente exercício por todos os colaboradores da Instituição, assim como todas as entidades com quem esta manteve relações.

Pedralva, 21 de Março de 2025

A Direcção

Balanço

	Notas	2024	2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		288 300,89	294 203,10
Activos Intangíveis		478,08	0,00
Outros activos financeiros		3 424,41	3 424,41
Subtotal		292 203,38	297 627,51
Activo corrente			
Inventários		4 626,60	3 277,60
Clientes		13 380,42	10 432,85
Adiantamentos a fornecedores		6 817,04	0,00
Outras contas a receber		507,86	0,00
Diferimentos		1 576,61	1 310,27
Caixa e depósitos bancários		249 221,17	268 894,12
Subtotal		276 129,70	283 914,84
Total do activo		568 333,08	581 542,35
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Resultados transitados		332 570,62	349 292,61
Outras variações de capital próprio		190 640,25	179 552,73
Subtotal		523 210,87	528 845,34
Resultado líquido do exercício		-29 357,28	-16 721,99
Total do capital próprio		493 853,59	512 123,35
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		24 872,00	20 302,92
Estado e outros entes publicos		11 859,25	11 367,84
Outras contas a pagar		37 748,24	37 748,24
Subtotal		74 479,49	69 419,00
Total do Passivo		74 479,49	69 419,00
Total do capital próprio e do passivo		568 333,08	581 542,35

A Direcção

O Contabilista Certificado

Demonstração de Resultados

Código de Contas		CUSTOS E PERDAS/PROVITOS E GANHOS	Exercícios		
Pos	Neg		2024	2023	Var %
71/72		Vendas e serviços prestados	242 073,40	210 545,58	14,97%
75		Subsídios à exploração	286 090,10	274 588,53	4,19%
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-80 148,57	-84 893,27	-5,59%
	62	Fornecimentos e serviços externos	-99 398,74	-79 861,45	24,46%
	63	Gastos com pessoal	-379 310,92	-335 096,48	13,19%
78-785...		Outros rendimentos e ganhos	11 914,82	13 683,23	-12,92%
	68-685...	Outros gastos e perdas	-1 877,30	-700,11	168,14%
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiar	-20 657,21	-1 733,97	1091,32%
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-8 703,72	-14 991,53	-41,94%
		Resultado operacional (antes de gastos de financiam	-29 360,93	-16 725,50	75,55%
79		Juros e rendimentos similares obtidos	3,65	3,65	0,00%
	69	Juros e gastos similares suportados	0,00	-0,14	-100,00%
86		Resultado antes de impostos	-29 357,28	-16 721,99	75,56%
	812	Impostos sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00%
		Resultado liquido do período	-29 357,28	-16 721,99	75,56%

A Direcção

O Contabilista Certificado

ANEXO 2024

1. IDENTIFICAÇÃO

O Centro Social Recreativo e Cultural de Pedralva, Instituição Particular de Solidariedade Social, situada na rua central, n.º 60, freguesia de S. Lourenço do Bairro, concelho de Anadia, distrito de Aveiro, registado a título definido, na Direcção Geral da Segurança Social, desde 15/07/1994 no Livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 65/94, a folhas 11 verso. Foi declarada, nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos, como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº986/2009), o Código de Contas (Portaria nº1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009). Na sequência do decreto-lei nº 36-A/2014 que define as regras simplificadas de contabilidade para as microentidades/microempresas e entidade sem fins lucrativos, nomeadamente as IPSS, foram publicadas as seguintes portarias. Portaria nº 105/2014 que aprova os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo e a portaria nº 106/2014 que aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Imparidade de activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e; (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um activo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Inventários

As matérias primas estão valorizadas ao custo.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a Instituição e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Instituição; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras.

Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direcção para os activos e negócios em questão.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

As demonstrações financeiras foram ainda preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica).

3.3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Tal como já foi referido, os pressupostos considerados pela Direcção foram determinados com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência e conhecimento do negócio e da realidade envolvente da instituição. Deste modo, não foram identificados pressupostos relativos ao futuro que sejam passíveis de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Pelas razões já indicadas, e para além das situações relacionadas com o desenvolvimento da pandemia Covid-19, não foram identificadas por parte da Direcção eventuais fontes de incerteza utilizadas aquando da elaboração das estimativas que envolvam risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte. Poderão, contudo, ocorrer situações em

períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Instituição deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

<u>Activos tangíveis</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Taxa de depreciação</u>
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	25 – 20	4% – 5%
Equipamento básico	10 – 3	10% – 33,33%
Equipamento de transporte	6 – 4	16,66% – 25%
Equipamento administrativo	10 – 3	10% – 33,33%
Outros activos fixos tangíveis	10 – 3	10% – 33,33%

2024

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo inicial	20 963,94	376 604,34	87 194,22	114 296,44	15 547,53	4 433,81	80 631,28	699 671,56
Aquisições	0,00	0,00	410,00	0,00	0,00	0,00	2 152,50	2 562,50
Saldo final	20 963,94	376 604,34	87 604,22	114 296,44	15 547,53	4 433,81	82 783,78	702 234,06
Depreciações acumuladas								
Saldo inicial	0,00	(188 388,51)	(82 842,03)	(114 296,44)	(15 507,67)	(4 433,81)		(405 468,46)
Aumentos	0,00	(7 785,16)	(660,74)	0,00	(18,81)	0,00		(8 464,71)
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo final	0,00	(196 173,67)	(83 502,77)	(114 296,44)	(15 526,48)	(4 433,81)		(413 933,17)
Quantia escriturada	20 963,94	180 430,67	4 101,45	0,00	21,05	0,00	82 783,78	288 300,89

DEPRECIAÇÕES DO PERÍODO

Descrição	2024	2023
Edifícios e outras construções	7 785,16	7 785,16
Equipamento básico	660,74	630,73
Equipamento de transporte	0,00	6 475,00
Equipamento administrativo	18,81	89,26
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	11,38
Total	8 464,71	14 991,53

5. Indicação do número médio de pessoas ao serviço da Instituição, no exercício, repartido por valências.

MAPA DE MÉDIA DE FUNCIONÁRIOS

	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Sector Administrativo/ geral	Total
Nº Médio	10	9	4	23

6. Indicação do número médio de utentes por valências, no exercício.

MAPA DE MÉDIA DE UTENTES

Meses	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Total
Janeiro	35	32	67
Fevereiro	36	32	68
Março	35	30	65
Abril	36	30	66
Maio	35	31	66
Junho	37	29	66
Julho	35	30	65
Agosto	35	29	64
Setembro	35	32	67
Outubro	35	31	66
Novembro	35	32	67
Dezembro	34	29	63
Total	423	367	790
Meses	12	12	
Nº Médio	35	31	

RESULTADOS POR VALÊNCIA

2024

Contas		Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Total
71	Vendas			-
72	Prestações de serviços			
721	Matrículas e mensalidades	153 594,29	88 479,11	242 073,40
75	Subsídios, doações e legados à exploração	86 339,13	199 750,97	286 090,10
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos			
7511	Centro Regional de Segurança Social	70 621,08	186 113,80	256 734,88
7512/5	Outros	7 927,76	6 878,22	14 805,98
752/8	De outros sectores	7 790,29	6 758,95	14 549,24
78	Outros proveitos operacionais	6 379,71	5 535,11	11 914,82
79	Outros proveitos operacionais	-	-	-
	Variação de produção			
	Subtotal (1)	246 313,13	293 765,19	540 078,32
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons	36 190,06	43 958,51	80 148,57
62	Fornecimentos e serviços externos	34 704,71	64 694,04	99 398,74
63	Custos com pessoal	171 272,96	208 037,96	379 310,92
632	Remunerações certas	138 624,56	168 381,33	307 005,89
635	Encargos sobre remunerações	29 993,88	36 432,29	66 426,17
636	Seguros	1 781,07	2 163,39	3 944,46
637/8	Outros custos com pessoal	873,45	1 060,95	1 934,40
64	Amortizações	3 930,05	4 773,67	8 703,72
681	Impostos	32,13	27,87	60,00
682/9	Outros custos operacionais	820,58	996,72	1 817,30
	Subtotal (2)	246 950,49	322 488,77	569 439,25
81	Resultados operacionais (1) - (2) = (3)	- 637,36	- 28 723,58	- 29 360,93

7. Discriminação dos resultados operacionais por valência.

8. Discriminação da conta 4154 - "Fundos" e indicação das respectivas afectações.

Não aplicável.

9. Discriminação das dívidas incluídas na conta "Sector Público Administrativo" em situação de mora.

Não aplicável.

10. Desdobramentos das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com um quadro do seguinte tipo:

Não aplicável.

11. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Descrição	2024		2023	
	Mat.Primas	Total	Mat.Primas	Total
Existencias iniciais	3 277,60	3 277,60	3 580,74	3 580,74
Compras	86 207,81	86 207,81	84 590,13	84 590,13
Regularizações de existencias	(4 710,24)	(4 710,24)		
Existencias finais	(4 626,60)	(4 626,60)	(3 277,60)	(3 277,60)
Custo das vendas	80 148,57	80 148,57	84 893,27	84 893,27

12. Demonstração da variação da produção, como segue:

Não aplicável.

13. Indicação do movimento da conta 25 - Empréstimos obtidos, ocorrido no ano.

Não aplicável.

14. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Não aplicável.

Pedralva, 21 de Março de 2025

A Direcção,

O Contabilista Certificado